

COTIDIANO E RESISTÊNCIA ESCRAVA EM MACEIÓ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Danilo Luiz Marques¹

Este presente artigo é fruto das primeiras indagações feitas pela nossa pesquisa em torno da resistência escrava na cidade de Maceió entre 1850 á 1888. Tendo como base teórica e metodológica a historiografia brasileira produzida a partir da segunda metade do século XX, a qual visa privilegiar novos agentes históricos, buscamos analisar o cotidiano dos negros na cidade de Maceió - sobretudo nas variadas formas encontradas por eles para atingir suas emancipações - com o objetivo de construir uma história do negro no período abolicionista de forma que não reproduza a abordagem do “escravo coisa”². Com este estudo, temos o intuito de desmistificar a idéia de que em Alagoas, com exceção do Quilombo dos Palmares, não houve resistência escrava, como coloca Alfredo Brandão:

O negro era um conformado com sua sorte. É natural que vivesse obcecado com a idéia de liberdade, mas nos tempos posteriores ao quilombo a obcecação não o levava a revoltas e a reações a mão armada.³

Esta concepção nega todo um processo de constituição de práticas de liberdades ocorridas na cidade de Maceió ao longo do século XIX. Escolhemos a temporalidade de 1850-1888, por que consiste no período em que o movimento abolicionista ganhou força no Brasil, e este período abarca desde a criação da Lei Eusébio de Queiroz até a abolição, lembrando que os protagonistas de nossa pesquisa são os negros (escravos e libertos), portanto temos como eixo norteador escrever uma história de busca pela

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Alagoas e Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

² Em seu estudo sobre a escravidão na corte, Sidney Chaloub coloca a necessidade de superar a teoria da coisificação do escravo formulada por Fernando Henrique Cardoso, com base em Perdigão Malheiro. Os escravos eram vistos como seres inertes, que não contestavam sua condição de cativo. Ver: CHALOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 35-43.

³ BRANDÃO, Alfredo. *Os Negros na história de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988, p.45.

liberdade, enfocando sua participação no processo de abolição, visto por grande parte da historiografia brasileira da primeira metade do século XX como produto de uma elite que tem seus fundamentos nos idéias europeus que estavam em vigor na época. Um aspecto importante é a análise deste processo de abolição em uma cidade como Maceió que não se configurava como um dos principais centros urbanos do país, mesmo assim, apresentava características dos principais centros como: revoltas de escravos, clubes abolicionistas e constantes conflitos em torno da abolição. As particularidades maceioenses no processo abolicionista vêm sendo o viés de nosso trabalho, a partir de uma revisão da historiografia tradicional e da análise de documentos como jornais, cartas de alforrias, artigos sobre posturas municipais de Maceió, processos criminais e inventários, propomos historicizar o cotidiano dos negros da cidade de Maceió, dando um enfoque na busca pela alforria, que foi dada das mais variadas formas. Para a realização desta pesquisa, temos considerado que:

A resistência somente se configurava fora do discurso político estabelecido, pois consiste em movimentos espontâneos de revolta ou de reivindicações de condições de sobrevivência do cotidiano de grupos que nem sempre estão organizados institucionalmente, por um partido político ou por uma consciência nítida de classe social.⁴

Através de vários mecanismos e práticas os escravos iam se tornando libertos, mas, suas condições sociais não sofreriam mudanças impactantes, e a vida na margem da pobreza era notória: “*vivia a gente pobre de Maceió, com as crianças correndo nuas pelas ruas e o negrinho nu, mas calçado, sinal de alforria*”.⁵ A sociedade escravista dava uma condição ilusória de liberdade ao negro, um preto mesmo depois de liberto, era abominável no meio da organização branca. Configurava-se, portanto, uma série de conflitos sociais que caracterizavam o cotidiano daquela época.

A presença do negro em território brasileiro foi muito forte, em Alagoas ele foi inserido na zona da mata, no sertão, nas vilas e nas cidades. A área de maior

⁴ DIAS, Maria Odila Leite Da Silva. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. São Paulo: Projeto História. 17, Nov. 1998, p.255.

⁵ ALMEIDA, Luis Sávio de. *Memorial biográfico de Vicente de Paulo, capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*. Maceió: Edufal. 2008, p.181.

concentração da população negra ocorreu nos Engenhos de Açúcar, pois concentrava a grande parte produção econômica local. Segundo Craveiro Costa, a Vila de Maceió surgiu a partir de um Engenho de Açúcar, o que nos remete a idéia de que a presença da população negra nesse local foi cunhada pela forma do sistema “sesmeiro escravista”.⁶ Entretanto, com as mudanças políticas e econômicas ocorridas na província na primeira metade do século XIX⁷, alterou-se as formas de organização social da então cidade de Maceió, a nova capital de Alagoas. Os negros escravos praticavam formas de trabalhos diferentes dos padrões da “civilização do açúcar”, ele estava inserido: “*ora nos trabalhos domésticos, ora como pedreiro a construir casas, ora como ferreiro a forjar machados e foices, ora como sapateiro a fazer sandálias*”.⁸ Para os escravos: “*se o senhor é comerciante, ele é carregado dos serviços pesados - transportar os fardos as costas, conduz as carroças, varre as lojas, limpa os balcões*”.⁹ Para conseguir suas alforrias os escravos prestavam serviços aos seus arrematantes, entretanto, os maus tratos cometidos eram os mesmo de um senhor de engenho, por este motivo os libertos preferiam prestar serviço ao estado: “*os negros africanos libertos prestavam seus serviços na Secretaria de Policia, no Hospital Militar, no Hospital de Caridade, no correio, na cadeia pública, na construção do Farol de Maceió, no cemitério público*”.¹⁰ Mas, pelo que nos fornece Abelardo Duarte, o contingente da população negra a qual prestava esses serviços ao poder público era mínimo na década de 1850: “*Em 1855, trabalhavam por ordem do Presidente da Província nas repartições e estabelecimentos públicos e ‘úteis’ dezesseis negros africanos, segundo a notificação do curador*”.¹¹ O autor também nos revela, com base nos documentos da Curadoria de Africanos nas Alagoas, que grande parte das atividades dos negros estava relacionada com os serviços

⁶ Este conceito foi elaborado por Dirceu Lindoso na obra *A Utopia Armada*, e concernia na definição do sistema econômico baseado nas sesmarias e na escravidão.

⁷ Durante a primeira metade do século XIX, a então capital da província de Alagoas, a Cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro), perdeu espaço para o desenvolvimento urbano de Maceió, ocasionando a mudança da capital. Com isso foi constante a inserção de capital estrangeiro, sobretudo britânico, na nova capital, influenciando profundamente a organização social da cidade de Maceió.

⁸ BRANDÃO, Alfredo. *Os Negros na história de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988, p.41.

⁹ BRANDÃO, Alfredo. *Os Negros na história de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988, p.41.

¹⁰ DUARTE, Abelardo. *Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas*. Maceió: s/Ed. 1988, p. 45.

¹¹ DUARTE, Abelardo. *Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas*. Maceió: s/Ed. 1988, p. 65.

de servente, como obras particulares e ganhos de rua, sobretudo as mulheres que ocupavam o espaço urbano com o comércio de quitandeiras.

Como pode ser observado nesse Termo de Arrematação pertencente ao arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e citado por Duarte:

Termo de Arrematação dos serviços do escravo Adriano – Aos oito dias do mês de março de mil oitocentos e cinquenta, nesta cidade de Maceió em casa de morada do Juiz Municipal e órfãos Doutor Silverio Fernandes de Araujo Jorge onde me achava eu escrivão interino do seu cargo, adiante nomeado, ali presente, Felisberto Peixoto de Araujo Lima, pediu e tomou conta do Africano Adriano e de sua competente carta de liberdade com que acho as declarações seguinte – N.S. – Adriano – nação Nagô – quinze anos – rosto comprido – olhos, nariz, beiços e orelhas regulares – tendo no peito direito – G – e onze sicas em cada face: obrigou-se a fazer batizar quanto antes, conservando o nome de Adriano, a dar conta de sua carta de liberdade, e a pagar anualmente quinze mil réis, a apresentá-lo ao Curador sempre que este o deva visitar, tratá-lo com toda humanidade, entregar quando falte a algumas condições, ou Governo exija. E para constar mandou o Juiz fazer este termo em que com o arrematante e Curador assina.¹²

O africano tinha que prestar os serviços durante aproximadamente uma década, só depois desse período poderia entrar com um pedido de emancipação. Entretanto, os arrematantes dos escravos gozavam de grandes vantagens em cima dos serviços prestados pelos africanos livres, e suas emancipações se tornavam algo que gerava bastante protesto por parte do arrematante.

Outro fato importante referente à busca pela condição de liberto ocorreu na década de 1860 com os acontecimentos da Guerra do Paraguai, os escravos fugiam das zonas açucareiras com o intuito de se alistar nos Voluntários da Pátria visando conseguir sua liberdade como: “*Cabino, escravo no Engenho Rocha, veio para Maceió,*

¹²DUARTE, Abelardo. *Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas*. Maceió: s/Ed. 1988, p. 64.

para se alistar como voluntário da pátria. Seu proprietário anunciou, pelo Diário das Alagoas, que daria uma boa gratificação a quem o apreendesse”.¹³

Durante a década de 1870 a campanha abolicionista no Brasil ganhava mais força, sobretudo após a aprovação da Lei do Ventre Livre, que declarava liberto todo filho de escravo. Em Alagoas, a campanha abolicionista ganha destaque com a criação, em Maceió, da Sociedade Libertadora Alagoana em 1881, apesar de antes já haver existido a Comissão Libertadora de Escravos e o Clube abolicionista, essa organização foi a que obteve mais notoriedade em Alagoas. Também no ano de 1881 entra em circulação o jornal Gutemberg, que tinha caráter abolicionista.

Toda a conjuntura apresentada acima, nos intriga a realizar este trabalho com o intuito de preservar a memória da população negra presente em Maceió, algo que foi muito pouco explorado por pesquisadores da área, em suma, a historiografia alagoana se prende em análises nas zonas rurais e ainda persistem resquícios da historiografia tradicional do século XIX. Tornam-se necessário a realização de trabalhos vinculados as novas tendências da historiografia e estudos que enfoquem as questões urbanas. Através das formas utilizadas pelos negros em busca de suas alforrias, nosso objetivo tem sido analisar o cotidiano desta população, com o intuito de revelar suas formas de trabalhos, suas práticas culturais, suas mentalidades, seus espaços de habitação e os mecanismos de controle social praticados pelos grupos dominantes.

Durante muito tempo, o cotidiano foi relegado ao terreno das rotinas obscuras, local onde não se configurava as mudanças e transformações sociais. Maria Odila Leite da Silva Dias vai de encontro com esta concepção e entende o cotidiano como: “*área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta*”¹⁴. Historicizar o cotidiano implica em reconstruir a organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder, o fato de não participarem da história política e administrativa, não exime a importância do papel que desempenharam na transformação de determinada sociedade. Desta maneira, queremos compreender como se configurou as práticas cotidianas da população negra em Maceió, da maneira que contestava a ordem social estabelecida.

¹³ LIMA JÚNIOR, Félix. *Maceió de outrora: obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001, p. 85.

¹⁴ DIAS, Maria Odila Leite Da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 08.

Para reconstituir o cotidiano dos negros na cidade de Maceió nas últimas décadas do regime escravista, torna-se necessário recorrer a uma pluralidade de fontes. Os indícios sobre este tema podem ser encontrados em jornais do século XIX, documentação oficial e pinturas de artistas da época. Todas essas variedades de fontes nos fornecem informações que podem nos auxiliar a historicizar como se configurava a vida social dos escravos e suas formas de se oporem ao sistema escravista. Encontramos uma rica documentação no Arquivo Público de Alagoas – APA referente à curadoria de africanos contendo inúmeras cartas de alforrias. No Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL possui uma documentação referente à Sociedade Libertadora Alagoana, a qual contém também uma série de cartas de alforrias, além de vasta coleção de jornais do século XIX. O Arquivo Nacional também nós fornece boa documentação para esta pesquisa, assim como o projeto realizado pela UNESCO referente à digitalização de documentos da escravidão no Brasil.

O conjunto de documentos pertencentes ao dossiê da Curadoria de Africanos Livres de Alagoas datadas da década de 1860, a qual está sobre guarda do APA, nos apresenta variadas possibilidades de estudo e preenchimento de lacunas da historiografia da escravidão em Alagoas. Esta documentação consiste majoritariamente de cartas de alforrias concedidas aos africanos que chegaram ao Brasil pelo tráfico ilegal após a Lei Eusébio de Queiroz. Uma análise bem apurada desta documentação nos pode revelar as condições de vida desses africanos, suas estratégias de resistências com intuito de melhores condições de vida e busca pela liberdade. Além da possibilidade de vislumbrar de maneira inédita na historiografia alagoana o cotidiano das famílias escravas em Maceió e Alagoas.

Em pesquisa que vem sendo realizada desde 2009 no IHGAL nos deparamos com outra riqueza documental. Primeiramente, consultamos o acervo documental da instituição, onde encontramos documentos sobre taxas de escravos, registros de compra e venda de escravos, livro de registro de escravos e correspondências pertencentes à Sociedade Libertadora Alagoana. Posteriormente adentramos na hemeroteca do IHGAL e nela verificamos uma série de jornais do século XIX que contém anúncios de compra e venda de escravos, assim como de fugas. Destacam-se os jornais: Diário de Alagoas, O Liberal e O Gutemberg. O historiador Manuel Diégues Junior, em seu livro “O

Bangüê das Alagoas”,¹⁵ nos traz referências da documentação utilizada em seu estudo, como a revista do IHGAL e os documentos da coleção Bonifácio da Silveira.¹⁶ O autor ainda se utiliza da documentação oficial do Estado, como os relatórios e atas da Câmara Municipal de Maceió, a qual pode nos servir de base documental para analisar as formas de controle social adotadas pelo estado para reprimir a população negra, todo este acervo está sob guarda do IHGAL.

O projeto Tráfico de Escravos e Escravidão realizado pela UNESCO desde 1999 vem tornando possível o acesso as mais variadas tipologias documentais referentes a escravidão no Brasil e no Mundo. Em pesquisa realizada em seu catálogo, o qual está disponível pela internet, podemos encontrar correspondências, manuscritos, periódicos, desenhos e documentos fotográficos, folhetos, livros e gravuras, nas quais localizamos muitos desses documentos referente à região alagoana. Constitui assim mais um local de consulta para elaborarmos este trabalho.

No campo da metodologia, as fontes acima citadas, em virtude de suas diferentes tipologias e estados de conservação, devem receber um tratamento diferenciado. No caso da documentação da curadoria de africanos livres sobre guarda do APA, além de sua digitalização temos graça ao projeto Fontes Para a História da Escravidão em Alagoas vinculado a Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, grande parte deste acervo transcrito e disponibilizado para pesquisadores nas normas paleográficas. A documentação referente ao IHGAL ainda precisa passar por um processo de digitalização e transcrição, entretanto os jornais de sua hemeroteca já está em fase final de digitalização e será disponibilizada pela própria instituição aos pesquisadores. A documentação do Arquivo Nacional será transcrita, assim como o acervo disponível via internet do projeto da UNESCO.

Os documentos citados não constituem por si só o passado dos negros escravos em Maceió, eles são fontes para reconstituir este passado, precisamos fazê-los falar, para isso temos que interrogá-los em busca da construção do conhecimento histórico. Na História, o caminho que devemos percorrer para alcançar este objetivo consiste no

¹⁵ DIÉGUES JUNIOR. Manuel. *O Bangüê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 2ª edição, Maceió: EDUFAL: 2002.

¹⁶ José Bonifácio da Silveira foi um folclorista e pesquisador da história de Alagoas, durante o início do século XX desenvolveu muitas pesquisas, ocasionando na formação de um rico acervo documental que atualmente está disponível para consulta no IHGAL.

método histórico, o qual nos fornece mecanismos para realizarmos a análise documental. Muitos documentos citados são produtos da elite local da época, e se refere aos negros com alto teor de marginalização, reproduzindo a ideologia escravista predominante no período. Cabe a nós historiadores utilizarmos este conjunto documental de forma que insira o escravo como agente histórico. Como concebeu o historiador Marc Bloch: “*Os textos ou os documentos arqueológicos, mesmos os mais claros em aparência e os mais complacentes, não falam senão quando se sabe interrogá-los*”.¹⁷ Portanto entendemos o método histórico como uma estratégia de abordagem, para interrogar os documentos, nós historiadores necessitamos da utilização de um método no qual – baseado no paradigma indiciário de Carlo Ginzburg – auxilia a desvendar um enigma, revela um segredo que está implícito no passado. Em nosso estudo este segredo consiste na ausência de estudos das formas de resistências dos negros escravos na cidade de Maceió na segunda metade do século XIX. O método nos possibilita a elaboração de uma historiografia mais sólida, a importância do método consiste em fornecer meios de controles e verificações, o qual auxilia o nosso trabalho que visa reconstituir um passado de determinada sociedade.

No campo da história do cotidiano vem se desenvolvendo trabalhos que se utilizam da Hermenêutica como um método para captação de um passado. Maria Odila Silva Dias nos apresenta a idéia de que é no cotidiano que ocorrem as transformações da sociedade, indo de encontro com a concepção de que o cotidiano seria rotina, repetição, um local onde nada acontece. Segundo ela, a Hermenêutica do Cotidiano pode ser uma ferramenta para captação do processo de politização do cotidiano, a partir disso podemos captar as formas de resistências de determinada sociedade em determinado tempo.

Vislumbrar papéis informais no lugar e em vez de papéis normativos quer dizer interpretar por entre as linhas de documentos imersos na ideologia dominante, indícios do modo de ser, que somente podem ser captados por um modo de conhecimento muito diverso do conhecimento objetivo. Afim de que o historiador possa olhar para práticas sociais fora

¹⁷ BLOCH, Marc. Apud: AROSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. São Paulo: Edusc, 2006, p. 465.

dos parâmetros da ideologia dominante ou documentar necessidades sociais de sujeitos históricos oprimidos ausentes do curso da história narrado pelas elites é mister recorrer a interpretações de vestígios e indícios nas entrelinhas de documentos muitas vezes escrito por autoridades moldadas pelo pensamento metafísico racional.¹⁸

Com a aplicação da hermenêutica nos estudos históricos, sobretudo na relação historiador e documento, podemos ler o que está circunscrito nas entrelinhas, verificar o que não foi dito e dar voz aos silenciados da história. Em nossa pesquisa sobre o cotidiano dos negros em Maceió, a utilização da hermenêutica do cotidiano tem sido bem produtiva em nossa análise documental. Estamos aplicando em processos criminais, relatórios governamentais, cartas de alforrias, jornais do século XIX e registros de compra e venda de escravos, buscando um desvendamento do que está oculto nos documentos, tendo como intuito a busca de indícios de sobrevivências e resistências a margem do processo de dominação. Ou seja, através da hermenêutica do cotidiano, temos como objetivo reconstituir formas de experiências de vida, contribuindo para historicizar estereótipos e desmistificá-los.

Bibliografia

ALMEIDA, Luis Sávio de. *Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*. Maceió: Edufal, 2008.

AROSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa histórica: teoria e método*. São Paulo: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo. Annablume, 2004.

BARROS, Theodyr Augusto de. *O Processo de mudança da capital (Alagoas-Maceió): uma abordagem histórica, 1819-1859*. Maceió: Imprensa Universitária, 1991.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2004.

_____. *Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese [Doutorado em História] FFLCH-USP, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de JANEIRO: Jorge Zahar Editor, 2001

¹⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. São Paulo: Projeto História. 17, Nov. 1998, p. 251.

- BRANDÃO, Alfredo. *Os Negros na história de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988.
- CHALOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Craveiro. *Maceió*. Sergasa S/ª 2ª Edição, 1981.
- DIAS, Maria Odila Leite Da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. São Paulo: Projeto História. 17, Nov. 1998, 223-258.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. *O Bangüê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 2ª edição, Maceió: EDUFAL: 2002.
- DUARTE, Abelardo. *Episódios do Contrabando de Africanos nas Alagoas*. Maceió: s/Ed. 1988.
- ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. *A Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas*. Maceió: Edições Catavento: 2001 [1871].
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- HUM BRASILEIRO. *Opúsculo da descrição geographica*. Rio de Janeiro: s/ed. 1844.
- KARASH, Mary. *A Vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LIMA JÚNIOR, Félix. *Maceió de outrora: obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001.
- _____. *A Escravidão em Alagoas*. Maceió: s/ed., 1975.
- LINDOSO, Dirceu. *A Utopia armada: rebelião de pobres nas matas do tombo real*. Maceió: Edufal, 2005.
- _____. *A Interpretação da província*. Maceió: Edufal, 2005.
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANT'ANA, Moacir Medeiros. *A Queima de documentos da escravidão*. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1988.

SCHARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SHARPE, Jim. *A História vista de baixo*. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA, Marilena Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOARES, Luiz Carlos. *O Povo de Cam na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Ed. UNB, 1998.

WISSENBACH, Maria Cortez. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. In: *História da Vida Privada no Brasil*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.